

## **LEI COMPLEMENTAR N.º 028/2007.**

### **DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE USO A EMPRESA “MOINHOS GERAIS LTDA.”, DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho, usando de suas atribuições legais, por seus Vereadores aprova e EU, Ana Rosa Mendonça Lasmar, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do artigo 15 da Lei Orgânica Municipal, a concessão de uso, a título gratuito, de 1.400 m<sup>2</sup> (um mil e quatrocentos metros quadrados), de um imóvel municipal, situado na Rua E nº 212, no Bairro Industrial neste Município, conforme Memorial Descritivo e Planta em anexo, a empresa MOINHOS GERAIS LTDA, CNPJ Nº 00.373.220/0001-60, com endereço na Rua E, nº 213, Bairro Industrial, neste município, para a ampliação de atividades de Indústria e Comércio de Moagens e Beneficiamento de Minerais não metálicos e o Comércio Varejista de Materiais de Construção.

**Art. 2º**- A concessão que trata o artigo 1º é para os fins de utilização econômica de interesse público e tem por objeto a instalação e funcionamento da empresa MOINHOS GERIAS LTDA

**Art. 3º**- A concessão será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por iguais períodos de acordo com interesse das partes.

Parágrafo Único – O Concessionário terá o prazo de 06 (seis) meses, a partir da assinatura do contrato de concessão, para comprovar o seu efetivo funcionamento, que se dará através da licença de localização e funcionamento.

**Art. 4º** – A concessão de uso de que trata o artigo 1º desta lei será formalizada através de contrato administrativo, e conterà as seguintes cláusulas:

- I - Caráter pessoal, intransferível;
- II - Vedada subseção, locação, empréstimo a pessoa jurídica diversa da cessionária;
- III - Vedada utilização diversa daquela determinada nesta Lei;

IV - Reversibilidade imediata em favor do Município, na hipótese de descumprimento de qualquer das cláusulas desta lei e do contrato;

V - Incorporação de todas as benfeitorias edificadas no imóvel cedido sem obrigação de indenização de qualquer natureza por parte do Município;

VI - Rescisão unilateral por interesse público.

**Art. 5º-** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 6º-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, 22 de novembro de 2007.**

**Ana Rosa Mendonça Lasmar Moreira**  
**Prefeita Municipal**

**Alerson Claret de Jesus**  
**Secretário Municipal de Administração e Fazenda**